

APRESENTAÇÃO

Vem a público a Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo correspondente ao primeiro semestre de 2019. Esta edição tem um significado muito especial, porque, em boa medida, representa os frutos de um projeto iniciado há mais de três anos: a internacionalização da ESMP. Graças à pronta atenção do Professores Rafael Hinojosa Segovia e Julio Banacloche Palao, da *Universidad Complutense de Madrid*, abriu-se a valiosa oportunidade de promoção do *I Congresso Hispano-Brasileiro de Direito Processual Penal*. Os temas, cuidadosamente selecionados pelo CEAF/ESMP, foram prontamente aceitos pela UCM. Para tratar deles foram convidados professores de altíssimo gabarito e com larga experiência em suas respectivas áreas de atuação. Além disso, a organização do evento permitiu que trabalhos inéditos, de caráter individual ou coletivo, fossem apresentados pelos participantes. Três deles são agora publicados: La diligencia policial de valoración del riesgo de violencia de género en el Sistema Viogén, de Bárbara Sánchez López; Los derechos a la traducción y a la interpretación reconocidos a las víctimas en el proceso penal español: luces y sombras, de Clara Fernández Carrón; e Mediação penal e violência de gênero no Brasil: uma experiência necessária, de Celeste Leite dos Santos. Ao lado deles, a Revista traz outros temas igualmente atuais e interessantes: Tráfico de pessoas e tutela penal, que tive a honra de escrever com a competentíssima Promotora de Justiça Fabíola Moran Faloppa; Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento de proteção ao consumidor em observância do princípio da incolumidade econômica: análise da eficácia do TAC firmado entre o Ministério Público do Amapá e a Companhia de Eletricidade do Amapá, magnífica experiência compartilhada com a comunidade jurídica por Zacarias Alves de Araújo Neto e Gabriela Ferreira Sanches; Cooptação de agentes públicos como forma extrema de corrupção - Desafios e perspectivas, tema de leitura imprescindível que nos é proposto com a competência habitual por Flávio Cardoso Pereira; e Programa de Apadrinhamento - Sua obrigatoriedade como complementação necessária para os Programas de Acolhimento, tema contemporâneo que Fausto Junqueira de Paula visita com particular propriedade. Agradeço aos autores, aos coordenadores e aos pareceristas pelo trabalho incansável; e espero que, uma vez mais, a Revista atenda aos interesses do leitor.

Muito obrigado!

Antonio Carlos da Ponte

Procurador de Justiça e Diretor do CEAF/ESMP

São Paulo, SP